



Simulado Final

# **SEFAZ PR**

Agente Fazendário Estadual

Administrador - Pós-Edital

# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-PR**, cargo de **Agente Fazendário Estadual - Administrador**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/PQBPOWNXN99Gkznv6>

01 - A B C D E	27 - A B C D E	53 - A B C D E	79 - A B C D E	105 - A B C D E
02 - A B C D E	28 - A B C D E	54 - A B C D E	80 - A B C D E	106 - A B C D E
03 - A B C D E	29 - A B C D E	55 - A B C D E	81 - A B C D E	107 - A B C D E
04 - A B C D E	30 - A B C D E	56 - A B C D E	82 - A B C D E	108 - A B C D E
05 - A B C D E	31 - A B C D E	57 - A B C D E	83 - A B C D E	109 - A B C D E
06 - A B C D E	32 - A B C D E	58 - A B C D E	84 - A B C D E	110 - A B C D E
07 - A B C D E	33 - A B C D E	59 - A B C D E	85 - A B C D E	111 - A B C D E
08 - A B C D E	34 - A B C D E	60 - A B C D E	86 - A B C D E	112 - A B C D E
09 - A B C D E	35 - A B C D E	61 - A B C D E	87 - A B C D E	113 - A B C D E
10 - A B C D E	36 - A B C D E	62 - A B C D E	88 - A B C D E	114 - A B C D E
11 - A B C D E	37 - A B C D E	63 - A B C D E	89 - A B C D E	115 - A B C D E
12 - A B C D E	38 - A B C D E	64 - A B C D E	90 - A B C D E	116 - A B C D E
13 - A B C D E	39 - A B C D E	65 - A B C D E	91 - A B C D E	117 - A B C D E
14 - A B C D E	40 - A B C D E	66 - A B C D E	92 - A B C D E	118 - A B C D E
15 - A B C D E	41 - A B C D E	67 - A B C D E	93 - A B C D E	119 - A B C D E
16 - A B C D E	42 - A B C D E	68 - A B C D E	94 - A B C D E	120 - A B C D E
17 - A B C D E	43 - A B C D E	69 - A B C D E	95 - A B C D E	121 - A B C D E
18 - A B C D E	44 - A B C D E	70 - A B C D E	96 - A B C D E	122 - A B C D E
19 - A B C D E	45 - A B C D E	71 - A B C D E	97 - A B C D E	123 - A B C D E
20 - A B C D E	46 - A B C D E	72 - A B C D E	98 - A B C D E	124 - A B C D E
21 - A B C D E	47 - A B C D E	73 - A B C D E	99 - A B C D E	125 - A B C D E
22 - A B C D E	48 - A B C D E	74 - A B C D E	100 - A B C D E	126 - A B C D E
23 - A B C D E	49 - A B C D E	75 - A B C D E	101 - A B C D E	127 - A B C D E
24 - A B C D E	50 - A B C D E	76 - A B C D E	102 - A B C D E	128 - A B C D E
25 - A B C D E	51 - A B C D E	77 - A B C D E	103 - A B C D E	129 - A B C D E
26 - A B C D E	52 - A B C D E	78 - A B C D E	104 - A B C D E	130 - A B C D E

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

*Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!*

<https://coruja.page.link/SMnW>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO 1****A ignorada polarização secular**

A verdadeira polarização brasileira não é política. Ela se revela no contraste entre o salário-mínimo recebido por um trabalhador sem acesso a serviços públicos de qualidade, quando não está desempregado, e os supersalários pagos a servidores do Estado, com estabilidade garantida até mesmo depois de aposentados por corrupção, custeados com recursos públicos que poderiam financiar os serviços dos quais esse trabalhador carece. Ainda assim, quando se fala em polarização, o foco recai quase sempre sobre disputas ideológicas, e não sobre a desigualdade social.

Entre 1822 e 1889, o Brasil atravessou períodos de polarização política, sem perceber a polarização social entre os brasileiros escravos e seus senhores. Depois da abolição e da República, tivemos momentos de polarização política, mas ignoramos a desigualdade social entre quem vive nas favelas e quem habita condomínios fechados; entre os que têm água tratada em suas piscinas e os que não têm água potável para beber.

A polarização social sempre foi negligenciada, invisível aos olhos da política e dos analistas. Parafraseando o economista e acadêmico Edmar Bacha, “dentro de um mesmo país, vivem os que estão na Bélgica e os que estão na Índia”, sem que essa polarização seja enfrentada, nem reconhecida.

(Fonte: Cristovam Buarque. Disponível em: unb.br. Adaptado)

**1. De acordo com o Texto 1, a polarização**

- a) política no Brasil precede a polarização social, de modo que esta última resulta das disputas ideológicas recorrentes no cenário público.
- b) social brasileira teve início após a abolição da escravatura, quando a marginalização da população negra culminou na formação das primeiras favelas, aprofundando as disparidades sociais.
- c) existente entre os habitantes de favelas e de condomínios fechados representa a origem histórica das desigualdades no país.
- d) política é tão negligenciada quanto a polarização social nas análises sobre as desigualdades da sociedade brasileira.
- e) social, ao longo da história brasileira, foi objeto de invisibilidade tanto de quem exerce o poder quanto de quem o analisa.

**2. A correção gramatical do Texto 1 seria mantida, sem prejuízo de seu sentido, caso a expressão “Ainda assim” (último período do primeiro parágrafo) fosse substituída por**

- a) Por conseguinte.
- b) Embora.
- c) Não obstante.
- d) Ao passo que.
- e) Por isso.

3. Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do Texto 1.

a) No segmento “quando se fala em polarização” (último período do primeiro parágrafo), a partícula “se” indica que o sujeito da oração é indeterminado.

b) No trecho “sem acesso a serviços públicos de qualidade”, a inserção do acento indicativo de crase após “acesso” não prejudicaria a correção gramatical do texto, mas tornaria específico o sentido de “serviços públicos”.

c) Estaria de acordo com as regras de concordância verbal a flexão da forma “têm” (segundo parágrafo) no singular — **tem** — em ambas as ocorrências, visto que o verbo pode concordar tanto com o pronome relativo quanto com o termo que o antecede.

d) No segmento “vivem os que estão na Bélgica e os que estão na Índia”, (último período do último parágrafo), o sujeito da primeira oração é indeterminado, o que se confirma pela flexão verbal na terceira pessoa do plural.

e) O emprego do futuro do pretérito em “poderiam” (primeiro parágrafo) indica a certeza do uso de recursos públicos em prol do trabalhador sem acesso a serviços públicos de qualidade.

4. No segundo período do primeiro parágrafo do Texto 1, o termo “dos quais” exerce, na oração em que se insere, a função sintática de

a) adjunto adnominal.

b) complemento nominal.

c) sujeito.

d) objeto indireto.

e) adjunto adverbial.

5. Seriam preservadas as relações de coesão e coerência estabelecidas no Texto 1, bem como sua correção gramatical, caso fosse suprimida a vírgula imediatamente após

a) “ideológicas” (último período do primeiro parágrafo).

b) “negligenciada” (primeiro período do último parágrafo).

c) “enfrentada” (último período do último parágrafo).

d) “assim” (último período do primeiro parágrafo).

e) “República” (segundo período do segundo parágrafo).

**TEXTO 02****O básico que nunca chega**

O Brasil aprendeu a conviver com o inaceitável. Num país que conseguiu universalizar a energia elétrica, expandir rapidamente as telecomunicações e construir um dos maiores sistemas bancários digitais do mundo, milhões de pessoas ainda vivem sem acesso regular à água tratada e à coleta e ao tratamento de esgoto. Não se trata de um desafio recente nem de um problema técnico insolúvel. É, antes de tudo, a expressão mais crua de uma negligência histórica que atravessa governos, ideologias e ciclos econômicos sem jamais se tornar prioridade efetiva do Estado.

Os dados mais recentes ajudam a dimensionar a gravidade do atraso. Segundo a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), menos de 3% dos municípios brasileiros estão próximos de alcançar a universalização do saneamento básico nos termos definidos pela legislação vigente. No universo analisado pelo Ranking do Saneamento da entidade, apenas algumas dezenas de cidades apresentam indicadores compatíveis com as metas de acesso a água, coleta e tratamento de esgoto. A imensa maioria remanesce em estágios iniciais ou intermediários, muito distante do patamar mínimo esperado para 2033.

O recorte regional torna o quadro ainda mais constrangedor. Praticamente todos os municípios mais bem posicionados concentram-se nas Regiões Sudeste e Sul. A Região Norte não tem uma única cidade entre aquelas consideradas próximas da universalização. O saneamento, que deveria ser uma política de redução de desigualdades, acabou se tornando mais um fator de aprofundamento das assimetrias regionais brasileiras.

**6.** Com base nas ideias do Texto 2, é correto afirmar que

- a) a ausência de saneamento básico no Brasil decorre principalmente de limitações técnicas e da falta de soluções tecnológicas adequadas.
- b) o atraso no saneamento básico contrasta com avanços obtidos pelo país em áreas como energia elétrica, telecomunicações e serviços bancários digitais.
- c) a política de saneamento vigente tem sido exitosa em diminuir as desigualdades existentes entre as regiões brasileiras.
- d) a precariedade do saneamento básico configura-se como um entrave contemporâneo, derivado primordialmente da expansão demográfica acelerada nos centros urbanos.
- e) a principal dificuldade para a expansão do saneamento básico está na resistência das populações locais às obras de infraestrutura.

**7.** No último período do segundo parágrafo do Texto 2, a palavra “remanesce” está empregada com o mesmo sentido de

- a) resta.
- b) permanece.
- c) fica.
- d) vive.
- e) está.

8. Com relação aos aspectos linguísticos do Texto 2, julgue os itens a seguir.

- I. No trecho “É, antes de tudo, a expressão mais crua de uma negligência histórica que atravessa governos, ideologias e ciclos econômicos”, o termo “que” é uma forma pronominal cujo referente é “negligência histórica”.
- II. No trecho “que deveria ser uma política de redução de desigualdades”, o termo “que” introduz oração explicativa.
- III. No primeiro parágrafo, tanto o trecho “que conseguiu universalizar a energia elétrica” quanto o trecho “que atravessa governos, ideologias e ciclos econômicos” consistem em orações adjetivas explicativas.

Estão certos apenas os itens

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.
- e) II e III.

9. Cada uma das próximas opções apresenta um trecho do texto CG1A1 seguido de uma proposta de reescrita. Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada preserva o sentido e a correção gramatical do texto, considerando as regras de colocação pronominal.

- a) “Não se trata de um desafio recente” (terceiro período do primeiro parágrafo): **Não trata-se de um desafio recente**
- b) “torna o quadro ainda mais constrangedor” (primeiro período do terceiro parágrafo): **torná-lo**
- c) “sem jamais se tornar prioridade efetiva do Estado” (último período do primeiro parágrafo): **sem jamais tornar-se prioridade efetiva do Estado**
- d) “não tem uma única cidade” (terceiro período do terceiro parágrafo): **não a têE** “que atravessa governos, ideologias e ciclos econômicos” (último período do primeiro parágrafo): **que lhes atravessa**

10. Empregado no Texto 2, o vocábulo “água” acentua-se devido à mesma regra de acentuação que determina o emprego do acento na palavra
- a) elétrica.
  - b) política.
  - c) compatíveis.
  - d) próximas.
  - e) país.

---

## DIREITO CONSTITUCIONAL

---

*Nelma Fontana*

11. No que se refere à competência legislativa concorrente, segundo a CF/1988, assinale a alternativa correta:

- a) cabe à União editar normas gerais, aos Estados suplementá-las e, inexistindo norma geral federal, os Estados podem legislar plenamente até sobrevir a lei federal.
- b) cabe aos Municípios definir normas gerais, e à União apenas complementar as leis locais quando necessário.
- c) a matéria concorrente é de competência exclusiva dos Estados, sendo vedada a edição de normas gerais pela União.
- d) sobrevindo norma geral federal, toda lei estadual anterior é revogada, ainda que compatível.
- e) por atender melhor à realidade regional, a lei estadual sempre prevalece sobre a norma geral federal.

**12.** Em razão de episódios de violência disseminada em um Estado, com ataques coordenados a prédios públicos e paralisação de serviços essenciais, o Presidente da República editou decreto instituindo estado de defesa em todo o território estadual, por 40 dias, prevendo: (i) restrição ao direito de reunião; (ii) interceptação telefônica por autorização administrativa; (iii) incomunicabilidade do preso por até 10 dias; (iv) censura prévia a conteúdos jornalísticos relacionados à crise durante a vigência. O decreto foi remetido ao Congresso Nacional 48 horas após a edição. À luz da CF/1988, é correto afirmar que

- a) o decreto é válido, pois o estado de defesa pode durar até 60 dias e dispensa controle do Congresso.
- b) o decreto é válido, pois o Presidente pode impor quaisquer restrições necessárias, inclusive censura e incomunicabilidade.
- c) o decreto é parcialmente válido: admite-se interceptação por ordem administrativa, mas o prazo deve ser ajustado para 30 dias.
- d) o decreto é inconstitucional, pois fixa prazo inicial superior ao permitido, inclui medidas vedadas e não observou o envio tempestivo ao Congresso.
- e) o decreto é inválido somente por abranger todo o Estado, sendo constitucionais o prazo e a incomunicabilidade previstos.

**13.** Assinale a alternativa correta, considerando o cabimento e os limites da ADPF no controle concentrado

- a) Na ADPF, o julgamento de mérito ocorre por maioria simples, porque a Lei nº 9.882/1999 não prevê quórum específico e, portanto, não se aplica o padrão das demais ações objetivas.
- b) A simples existência de ações ordinárias em andamento, ou a possibilidade abstrata de recurso extraordinário, impede automaticamente a ADPF, pois a subsidiariedade é interpretada de forma estritamente literal.
- c) É cabível ADPF para impugnar veto do Chefe do Executivo, por se tratar de ato do Poder Público

capaz de lesar preceito fundamental, ainda que exista outra via judicial em tese possível.

- d) Não se admite ADPF que tenha como objeto exclusivo decisão judicial já transitada em julgado, pois a ação não é via adequada para desconstituir coisa julgada.
- e) A ADPF pode ser usada para impugnar enunciado de súmula do STF (inclusive vinculante), por equivaler a “ato do Poder Público” para fins de controle concentrado.

**14.** Sobre a perda da nacionalidade brasileira, assinale a opção correta

- a) O cancelamento da naturalização pode ser realizado por decisão administrativa, inclusive com efeitos retroativos, dispensada sentença judicial.
- b) Admite-se a perda por manifestação expressa do interessado, desde que não gere apatridia, sendo possível a reaquisição nos termos da lei.
- c) A aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira permanece como hipótese constitucional de perda automática da nacionalidade brasileira, salvo se houver risco de apatridia.
- d) A perda por cancelamento da naturalização alcança brasileiros natos e naturalizados e pode ocorrer em processo administrativo.
- e) Na hipótese de perda decorrente de cancelamento da naturalização, a reaquisição ocorre necessariamente por novo procedimento de naturalização, sem necessidade de decisão judicial.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

**15.** No que se refere ao sistema de fiscalização e controle da administração pública previsto na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta:

- a) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, devendo elaborar o parecer técnico no prazo de noventa dias.
- b) Verificada a ilegalidade em um contrato administrativo, o ato de sustação deve ser adotado diretamente pelo Tribunal de Contas da União, que decidirá a respeito no prazo de noventa dias.
- c) O dever de prestar contas recai exclusivamente sobre as pessoas jurídicas de direito público integrantes da administração direta e indireta que gerenciem dinheiros ou valores públicos.
- d) É função do sistema de controle interno de cada Poder realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Judiciário.
- e) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

**16.** Acerca do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, julgue os itens a seguir.

- I. As modalidades diálogo competitivo e concorrência são previstas para a delegação de serviços públicos através da concessão de serviços públicos.
- II. A caducidade consiste na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

III. Os contratos de concessão e permissão poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

Assinale a opção correta.

- a) Todos os itens estão certos.
- b) Apenas os itens I e III estão certos.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Apenas o item III está certo.

**17.** No que se refere aos atributos do poder de polícia e sua aplicação pela administração pública, assinale a opção correta:

- a) a discricionariedade do poder de polícia é absoluta e universal, inexistindo hipóteses em que o ato administrativo de polícia se expresse de forma vinculada.
- b) a executoriedade se manifesta por meios indiretos de coação, a exemplo da aplicação de multas ou impedimento de licenciamento de veículos.
- c) conforme a doutrina, a autoexecutoriedade é um atributo presente em todas as medidas de polícia, independentemente de urgência ou de autorização expressa em lei.
- d) a coercibilidade é o atributo que permite à administração pública executar suas decisões por meios próprios, dependendo sempre de prévia intervenção e autorização do Poder Judiciário.
- e) a cobrança de multa não paga espontaneamente não goza de autoexecutoriedade.

- 18.** Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, quando determinada autoridade pública permite, dolosamente, que se utilize, em obra ou serviço particular, o trabalho de servidor público, isso
- a) não configura ato de improbidade administrativa.
  - b) configura ato de improbidade administrativa, alcançando inclusive a conduta culposa.
  - c) configura ato de improbidade que causa lesão ao erário.
  - d) configura ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.
  - e) configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.

### **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

---

*Géssica Ehle*

- 19.** À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assinale a alternativa correta.
- a) O ECA adota a doutrina da proteção integral, a qual superou a narrativa anterior, referente à situação irregular, tendo abandonado a previsão de que crianças e adolescentes sejam sujeitos de direitos.
  - b) O Estatuto aplica-se às crianças e adolescentes, exclusivamente.
  - c) O ECA reconhece que a garantia de prioridade compreende a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
  - d) As medidas socioeducativas previstas no ECA aplicam-se a crianças e adolescentes autores de ato infracional, sempre considerando as circunstâncias do ato, agravantes, atenuantes e antecedentes.
  - e) Ao adolescente que comete ato infracional, o ECA prevê a medida socioeducativa de internação, a qual será aplicada como primeira medida a fim de que se consiga evitar a reiteração.

- 20.** Julgue as assertivas a seguir, relativas à disciplina da adoção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

- (*)* Gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seus filhos para adoção deve ser encaminhada, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude, não havendo tipificação alguma de sua conduta.
- (*)* Quando assim desejarem, os detentores da guarda possuem o prazo de 15 (quinze) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte ao término do estágio de convivência.
- (*)* Os recém-nascidos e as crianças acolhidas que não forem procuradas por suas famílias, serão cadastrados para adoção no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir do dia do acolhimento.

A ordem correta para as assertivas acima dispostas é:

- a) V-V-V
- b) F-F-V
- c) V-V-F
- d) F-F-F
- e) V-F-V

**DIREITO TRIBUTÁRIO****Fábio Dutra**

**21.** Analise a situação hipotética: O Estado X instituiu, por meio de lei complementar estadual, Taxa de Prevenção e Combate a Incêndios, Busca e Salvamento (TCIBS), com valores variando conforme a área construída dos imóveis. Considerando o Código Tributário Nacional e a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A taxa é inconstitucional, pois o serviço de combate a incêndios é sempre inespecífico e indivisível, não podendo ser remunerado mediante taxa.
- b) A taxa é constitucional, desde que o serviço de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento seja caracterizado como específico e divisível.
- c) A taxa é inconstitucional, pois os Estados-membros não possuem competência para instituir taxa de combate a incêndios, sendo esta exclusiva dos Municípios.
- d) A taxa é constitucional, independentemente de o serviço ser específico e divisível, bastando a competência estadual para prestação do serviço.
- e) A taxa é inconstitucional, pois o STF declarou a inconstitucionalidade de toda e qualquer taxa estadual de combate a incêndios.

**22.** Sobre a responsabilidade por infrações à legislação tributária, o CTN estabelece regras específicas nos arts. 136 e 137. Considerando tais dispositivos legais, assinale a alternativa errada:

- a) A responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável, salvo disposição de lei em contrário.
- b) A efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato não são relevantes para configurar a responsabilidade por infrações tributárias, em regra.
- c) Infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções sempre geram responsabilidade

pessoal do agente, mesmo quando praticadas no exercício regular de administração.

- d) Quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar, a responsabilidade é pessoal ao agente.
- e) A responsabilidade por infrações tributárias pode ser excluída, desde que haja denúncia espontânea da infração, com pagamento do tributo e dos juros de mora devidos.

**23.** João, residente em São Paulo, doou um apartamento localizado no Rio de Janeiro para sua filha Maria, que reside em Minas Gerais. Posteriormente, João faleceu, deixando como único bem um automóvel registrado em Brasília, sendo que seu inventário extrajudicial realizado em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Considerando as regras constitucionais sobre competência tributária do ITCMD, assinale a alternativa correta.

- a) O ITCMD incidente sobre a doação do apartamento compete ao Estado de São Paulo, por ser o domicílio do doador.
- b) O ITCMD incidente sobre a doação do apartamento compete ao Estado de Minas Gerais, por ser o domicílio da donatária.
- c) O ITCMD incidente sobre o automóvel herdado compete ao Estado de São Paulo, onde era domiciliado João.
- d) O ITCMD incidente sobre o automóvel herdado compete ao Distrito Federal, onde o bem estava registrado.
- e) Tanto a doação do apartamento quanto a transmissão causa mortis do automóvel competem ao Estado de São Paulo, por ser o domicílio do doador e do de cujus.

**24.** De acordo com o Código Tributário Nacional, são modalidades de extinção do crédito tributário:

- a) Moratória, compensação e dação em pagamento de bens imóveis.
- b) Pagamento, transação e conversão de depósito em renda.
- c) Parcelamento, remissão e decisão judicial passada em julgado.
- d) Anistia, compensação e decisão administrativa irreformável.
- e) Isenção, consignação em pagamento e pagamento antecipado com homologação.

**25.** Considere as seguintes afirmativas sobre o princípio da anterioridade tributária:

- I. O Imposto de Importação está sujeito tanto à anterioridade anual quanto à anterioridade nonagesimal, tendo em vista que se trata de imposto que incide sobre o comércio exterior.
- II. O empréstimo compulsório instituído em caso de calamidade pública não se submete aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal, podendo ser cobrado imediatamente após sua instituição.
- III. A alteração da base de cálculo do IPTU pode ser implementada antes de decorridos noventa dias da publicação da lei, desde que respeitada a anterioridade anual.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

## RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

*Eduardo Macellin*

**26.** Um gerente de logística recebeu solicitações de suprimentos de três departamentos distintos. O departamento de Manutenção solicitou R\$ 2.400,00, o de Operações solicitou R\$ 2.160,00 e o de Recursos Humanos solicitou R\$ 1.840,00. Devido a cortes orçamentários, o valor total disponibilizado para atender a esses três pedidos foi de apenas R\$ 5.600,00. O gerente optou por repartir esse montante entre os departamentos de maneira diretamente proporcional aos valores originais solicitados. Diante desse cenário, o departamento que fez a maior solicitação deixou de receber a quantia de

- a) R\$ 340,00.
- b) R\$ 330,00.
- c) R\$ 300,00.
- d) R\$ 270,00.
- e) R\$ 250,00.

**27.** Um auditor fiscal recebeu a tarefa de selecionar um grupo de 12 empresas para uma auditoria detalhada de ICMS, a partir de um rol de 15 empresas listadas com indícios de irregularidades. O protocolo de fiscalização estabelece uma regra específica para as duas maiores empresas da lista (Empresa X e Empresa Y): o auditor deve incluir obrigatoriamente ou a Empresa X ou a Empresa Y na seleção, mas jamais ambas simultaneamente. O número de maneiras distintas que o auditor pode escolher um grupo de 12 empresas para realizar a fiscalização é:

- a) 56
- b) 69
- c) 78
- d) 138
- e) 156

**P1:** Se o sistema de auditoria eletrônica for atualizado, a sonegação de impostos não aumentará.

**P2:** Se a sonegação de impostos não aumentar, a arrecadação de ICMS crescerá.

**P3:** Se a operação de fiscalização for deflagrada, a arrecadação de ICMS crescerá.

**P4:** Se a arrecadação de ICMS crescer, a meta fiscal será atingida.

**P5:** Se a meta fiscal for atingida, o auditor-fiscal receberá o bônus de produtividade.

**C:** O auditor-fiscal recebeu o bônus de produtividade.

**28.** Com base no texto anterior, assinale a opção que corresponde a uma negação da proposição P3.

a) A operação de fiscalização foi deflagrada, mas a arrecadação de ICMS não cresceu.

b) Se a operação de fiscalização não for deflagrada, a arrecadação de ICMS não crescerá.

c) Se a arrecadação de ICMS não cresceu, a operação de fiscalização não foi deflagrada.

d) A operação de fiscalização não será deflagrada ou a arrecadação de ICMS crescerá.

e) A operação de fiscalização foi deflagrada ou a arrecadação de ICMS cresceu.

**29.** Assinale a opção que apresenta o número de linhas da tabela-verdade da proposição P4.

a) 2

b) 4

c) 8

d) 16

e) 32

**30.** O texto apresenta um argumento com cinco premissas (P1 a P5) cuja conclusão é a proposição C. Assinale a opção que apresenta uma proposição que, caso incluída como premissa no argumento, tornará ele válido.

a) A sonegação de impostos aumentou.

b) O auditor-fiscal não recebeu o bônus de produtividade.

c) O sistema de auditoria eletrônica não foi atualizado.

d) A meta fiscal foi prejudicada ou postergada.

e) A arrecadação de ICMS cresceu.

## MATEMÁTICA FINANCEIRA

*Carlos Henrique*

**31.** Suzana, uma poderosa aluna do poderoso Estratégia Concursos, passou no concurso do SEFAZ PR e, ao receber o seu décimo terceiro salário, resolveu aplicar um certo capital a juros simples. O capital produz o montante de R\$ 72.000,00, em cinco meses e, em oito meses, esse montante passa a valer R\$ 76.800,00.

Pode-se concluir, nessas condições, que a taxa de juros aplicada ao capital de Suzana é:

a) 2,30% a.m.;

b) 2,50% a.m.;

c) 2,90% a.m.;

d) 3,00% a.m.;

e) 3,20% a.m..

**32.** Suzana, ao assumir seu cargo no fisco de PR, aplicou um capital no valor de R\$ 72.000,00, durante 8 meses, a juros simples, com uma taxa de 36% ao ano. No final do período, o montante é resgatado por Suzana e aplicado a juros compostos, durante um ano, a uma taxa de 5% ao semestre. A soma dos juros das duas aplicações, obtido por Suzana, é igual a

a) R\$ 26.012,30.

b) R\$ 24.026,40.

c) R\$ 25.176,00.

d) R\$ 24.226,40.

e) R\$ 26.431,20.

**33.** Waleska, uma empresária no ramo de cosméticos, adquiriu uma dívida no valor de R\$ 308.000,00. Ela pretende quitar a dívida em dois pagamentos: K reais daqui a um ano e outro de 2K reais daqui a 2 anos. Considerando o critério de juros compostos a uma taxa de 8% ao ano, obtém-se que K é igual a

- a) R\$ 108.000,00
- b) R\$ 116.640,00
- c) R\$ 120.326,40
- d) R\$ 124.492,80
- e) R\$ 132.659,20

**34.** Juscelino, um jovem empreendedor, deseja comprar uma cobertura na Barra da Tijuca cujo valor é de R\$ 2.000.000,00 utilizando o Sistema de Amortização Constante-SAC. A financeira financia essa cobertura em 100 meses, a uma taxa de 2% ao mês, juros compostos. Assim, a quinquagésima primeira prestação a ser paga será de:

- a) R\$ 40.600,00
- b) R\$ 40.000,00
- c) R\$ 40.800,00
- d) R\$ 40.400,00
- e) R\$ 50.000,00

**35.** A indústria COUTINHO E FILHOS contraiu um empréstimo no valor de R\$ 640.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 139.744,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se K representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então:

- a)  $83\% \leq K < 84\%$
- b)  $82\% \leq K < 83\%$
- c)  $81\% \leq K < 82\%$
- d)  $80\% \leq K < 81\%$
- e)  $79\% \leq K < 80\%$

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Stefan Fantini*

**36.** Os fragmentos a seguir foram extraídos do site da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (SEFAZ-PR).

“Executar com integridade a administração tributária, aplicando a legislação de forma a viabilizar a arrecadação estadual.”

“Ser reconhecida como instituição essencial ao Estado, competente e tecnicamente autônoma, com ações pautadas na ética e na integridade.”

Os fragmentos representam, respectivamente:

- a) a visão e a missão SEFAZ-PR.
- b) a missão e a visão SEFAZ-PR.
- c) a visão e os valores SEFAZ-PR.
- d) a missão e os valores SEFAZ-PR.
- e) os valores e a missão SEFAZ-PR.

**37.** O planejamento estratégico

- a) é elaborado pelo nível intermediário da empresa.
- b) possui orientação para o médio prazo.
- c) abrange a organização em sua totalidade.
- d) concentra-se em atividades básicas e tarefas rotineiras
- e) limita-se a uma unidade específica da organização.

**38.** Entre os seis elementos básicos considerados no desenho da estrutura organizacional, aquele que expressa quantos subordinados um gestor consegue supervisionar com eficácia e eficiência é denominado:

- a) especialização do trabalho.
- b) departamentalização.
- c) cadeia de comando.
- d) amplitude de controle.
- e) formalização

**39.** Segundo a teoria dos dois fatores de Frederick Herzberg, certos elementos estão ligados ao ambiente de trabalho e à prevenção da insatisfação. Nessa perspectiva, o salário é classificado como:

- a) fator motivacional
- b) fator de segurança
- c) fator higiênico
- d) fator de estima
- e) fator social

**40.** O ciclo PDCA é uma ferramenta voltada à melhoria contínua e se estrutura em quatro etapas. A etapa em que se avalia os resultados do que foi executado é:

- a) P (Plan)
- b) D (Do)
- c) C (Check)
- d) A (Act)
- e) S (Study)

**Acerca do assunto Dívida Ativa, julgue os itens que se seguem.**

**41.** A classificação da dívida ativa em tributária e não tributária possui relevância jurídica e contábil, influenciando o regime de constituição, cobrança e controle dos créditos públicos.

À luz da legislação vigente, assinale a alternativa correta.

- a) A dívida ativa tributária decorre exclusivamente de impostos, excluídas taxas e contribuições.
- b) A dívida ativa não tributária compreende créditos oriundos de multas administrativas, aluguéis, indenizações e restituições devidas ao erário.
- c) A dívida ativa tributária prescinde de lançamento prévio para sua inscrição.
- d) A distinção entre dívida ativa tributária e não tributária é irrelevante para fins de execução fiscal.

e) A dívida ativa não tributária integra o rol das receitas extraorçamentárias.

**42.** A arrecadação da dívida ativa produz efeitos relevantes no âmbito orçamentário e patrimonial da Administração Pública.

Considerando o tratamento conferido pela Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) A dívida ativa, quando efetivamente arrecadada, classifica-se como receita de capital.
- b) A arrecadação da dívida ativa extingue automaticamente o crédito sem reflexos orçamentários.
- c) A arrecadação da dívida ativa constitui ingresso extraorçamentário, por não integrar a previsão da receita.
- d) A arrecadação da dívida ativa é registrada como receita corrente, independentemente de sua origem.
- e) A dívida ativa somente impacta o patrimônio público, sem repercussão orçamentária.

**43.** A inscrição em dívida ativa constitui etapa essencial para a cobrança dos créditos públicos, conferindo-lhes atributos necessários à exigibilidade judicial.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A inscrição em dívida ativa pode ocorrer antes do vencimento da obrigação, desde que haja previsão legal.
  - b) A inscrição em dívida ativa exige decisão judicial transitada em julgado.
  - c) A inscrição em dívida ativa pressupõe crédito vencido, não pago e regularmente apurado em procedimento administrativo.
  - d) A inscrição em dívida ativa constitui o crédito público, dispensando o lançamento nos créditos tributários.
  - e) A inscrição em dívida ativa extingue a obrigação do devedor perante a Fazenda Pública.
-

**Acerca do assunto Créditos Orçamentários, julgue os itens que se seguem.**

**44.** Os créditos adicionais constituem instrumentos de ajuste do orçamento público durante sua execução, permitindo adequar a programação originalmente aprovada às necessidades supervenientes da Administração.

À luz da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) Os créditos adicionais destinam-se exclusivamente à cobertura de despesas urgentes e imprevisíveis.
- b) Os créditos adicionais independem de autorização legislativa quando houver disponibilidade financeira suficiente.
- c) Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários, conforme a natureza da alteração promovida no orçamento.
- d) Os créditos adicionais sempre implicam criação de novas dotações orçamentárias.
- e) Os créditos adicionais substituem as dotações originalmente fixadas na Lei Orçamentária Anual.

**45.** Durante a execução orçamentária, determinado órgão identificou a necessidade de realizar despesa não prevista na Lei Orçamentária Anual, relacionada à implementação de nova ação administrativa, sem que se caracterize situação de urgência ou imprevisibilidade extrema.

Nessa situação, à luz do regime jurídico orçamentário, o instrumento adequado para viabilizar a despesa é

- a) crédito suplementar, destinado ao reforço de dotação já existente.
- b) crédito especial, destinado à criação de dotação para despesa não prevista na LOA.
- c) crédito extraordinário, próprio para despesas urgentes e imprevisíveis.
- d) operação de crédito por antecipação de receita orçamentária.
- e) remanejamento automático de dotações autorizado pela LDO.

**Acerca do assunto Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.**

**46.** O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) constitui instrumento central de acompanhamento da execução do orçamento público, integrando o conjunto de mecanismos de transparéncia previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

À luz da LC nº 101/2000, assinale a alternativa correta.

- a) O RREO é elaborado anualmente, ao final do exercício financeiro, consolidando a execução orçamentária do ente federativo.
- b) O RREO possui periodicidade bimestral e tem por finalidade demonstrar a execução das receitas e despesas, inclusive quanto ao cumprimento das metas fiscais.
- c) O RREO é exigido exclusivamente da União, em razão de sua função de consolidação das contas nacionais.
- d) O RREO substitui o Relatório de Gestão Fiscal no acompanhamento dos limites da despesa com pessoal.
- e) O RREO restringe-se à análise da despesa com pessoal e do endividamento público.

**47.** A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece medidas obrigatórias a serem adotadas quando a despesa total com pessoal ultrapassa o limite máximo legalmente fixado.

Nessa situação, nos termos da LC nº 101/2000, assinale a alternativa correta.

- a) A criação de cargos, empregos ou funções públicas é admitida, desde que sem aumento de despesa.
- b) A adoção de medidas corretivas depende de autorização prévia do Poder Legislativo.
- c) A concessão de vantagens e aumentos permanece permitida, desde que prevista na Lei Orçamentária Anual.
- d) A contratação de horas extras é livremente autorizada para recomposição da força de trabalho.
- e) Devem ser adotadas medidas como a redução de, no mínimo, 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além da exoneração de servidores não estáveis.

**Acerca do assunto Princípios Orçamentários, julgue os itens que se seguem.**

**48.** Os princípios orçamentários orientam a elaboração, a aprovação e a execução do orçamento público, exercendo papel central no controle da atividade financeira do Estado.

À luz da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/1964 e da doutrina especializada, assinale a alternativa correta.

- a) Os princípios orçamentários possuem natureza exclusivamente doutrinária, não produzindo efeitos jurídicos.
- b) Apenas os princípios expressamente previstos no texto constitucional possuem relevância jurídica.
- c) Os princípios orçamentários decorrem de normas constitucionais, legais e da construção doutrinária, vinculando a atuação administrativa.
- d) Os princípios orçamentários aplicam-se apenas à fase de elaboração do orçamento, não alcançando sua execução.
- e) O descumprimento de princípios orçamentários não gera consequências jurídicas, por se tratar de diretrizes abstratas.

**49.** O princípio da anualidade, também denominado periodicidade orçamentária, constitui uma das bases do sistema orçamentário brasileiro.

Considerando esse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) O orçamento público possui vigência indeterminada, podendo ser executado até sua completa exaustão financeira.
- b) O orçamento público tem vigência limitada a um exercício financeiro, coincidindo com o ano civil.
- c) O orçamento público deve ser elaborado e executado exclusivamente em períodos plurianuais.
- d) O orçamento público pode ser automaticamente prorrogado, caso não haja nova lei orçamentária.
- e) A anualidade impede a existência de exceções previstas na Constituição, como a reabertura de créditos.

**50.** O princípio da não vinculação (ou não afetação) da receita de impostos busca conferir flexibilidade à gestão orçamentária, evitando o engessamento excessivo das finanças públicas.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta exceção constitucional a esse princípio.

- a) O pagamento de despesas de custeio administrativo.
- b) O financiamento de políticas públicas discricionárias.
- c) A destinação mínima de recursos para ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino.
- d) A cobertura de despesas correntes do Poder Executivo.
- e) A realização de investimentos definidos na Lei Orçamentária Anual.

**NOÇÕES DE ECONOMIA E DE FINANÇAS PÚBLICAS***Celso Natale*

**51.** A respeito das políticas fiscal e monetária, bem como de seus instrumentos e efeitos macroeconômicos, assinale a alternativa correta.

- a) A política fiscal expansionista é caracterizada pela elevação da taxa básica de juros com o objetivo de conter pressões inflacionárias.
- b) A política monetária atua diretamente sobre os gastos públicos, alterando tributos e transferências governamentais.
- c) Em um regime de metas de inflação, a política monetária utiliza a taxa de juros como principal instrumento para controlar a demanda agregada.
- d) A política fiscal contracionista é implementada, exclusivamente, por meio da redução da base monetária.
- e) A política monetária expansionista tende a reduzir a liquidez da economia no curto prazo.

**52.** Considerando a função do bem-estar e as políticas alocativas, distributivas e de estabilização, assinale a alternativa correta.

- a) A política de estabilização busca suavizar flutuações do nível de atividade econômica e da inflação ao longo do ciclo econômico.
- b) A política distributiva tem como foco principal a correção de externalidades positivas e negativas.
- c) A política alocativa é desnecessária quando os mercados são competitivos, ainda que existam bens públicos.
- d) A função do bem-estar limita-se à maximização da eficiência produtiva.
- e) As políticas de estabilização atuam diretamente sobre a estrutura de preços relativos da economia.

**53.** A respeito do conceito de déficit público, assinale a alternativa correta.

- a) O déficit público corresponde à diferença negativa entre receitas e despesas primárias do governo, excluídos os juros da dívida.
- b) O déficit nominal reflete o resultado fiscal após a inclusão das despesas com juros da dívida pública.
- c) O déficit operacional exclui tanto os juros nominais quanto a correção monetária da dívida pública.
- d) O déficit primário é irrelevante para a análise da dinâmica da dívida pública.
- e) O conceito de déficit público é independente do critério de competência ou de caixa adotado pelo governo.

**54.** No que se refere às formas de financiamento do déficit público, assinale a alternativa correta.

- a) O financiamento por emissão monetária tende a ser neutro em termos inflacionários no curto prazo.
- b) O financiamento por endividamento interno não afeta a taxa de juros da economia.
- c) O financiamento do déficit por meio de emissão de dívida pública pode elevar o estoque da dívida e as despesas futuras com juros.
- d) O financiamento externo do déficit elimina riscos associados à sustentabilidade fiscal.
- e) A emissão de títulos públicos não interfere na política monetária.

**55.** Considere os itens a seguir, relativos às funções do Estado, ao financiamento dos gastos públicos por meio da tributação e à função do bem-estar.

I. A função alocativa do Estado justifica intervenções governamentais diante da existência de bens públicos e externalidades, mesmo em economias com mercados competitivos.

II. A equidade horizontal na tributação pressupõe que contribuintes com capacidades contributivas distintas sejam tratados de forma diferenciada pelo sistema tributário.

III. As políticas distributivas e de estabilização integram a função do bem-estar do Estado, ao buscarem, respectivamente, maior equidade na distribuição de renda e estabilidade macroeconômica.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

**56.** Acerca da tributação, de seus principais tipos e das noções de progressividade, regressividade e neutralidade, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Tributos diretos incidem, em regra, sobre renda ou patrimônio e admitem menor possibilidade de repasse do ônus tributário.
- b) Tributos indiretos incidem sobre o consumo e tendem a apresentar caráter regressivo em termos de renda.
- c) A progressividade tributária caracteriza-se pelo aumento da carga tributária superior à elevação da renda do contribuinte.
- d) A neutralidade tributária refere-se à capacidade do sistema tributário de não alterar decisões de consumo, produção ou investimento.
- e) Tributos progressivos são incompatíveis com o princípio da equidade vertical.

**57.** Um sistema tributário no qual a carga tributária diminui, proporcionalmente, à medida que a renda do contribuinte aumenta caracteriza-se como:

- a) Progressivo
- b) Proporcional
- c) Regressivo
- d) Neutro
- e) Indireto

**58.** Considere os itens a seguir, a respeito do federalismo fiscal.

- I. O federalismo fiscal analisa a distribuição de competências tributárias e de responsabilidades de gasto entre os diferentes níveis de governo.
- II. As transferências intergovernamentais podem ser utilizadas como instrumento para reduzir desequilíbrios fiscais verticais e horizontais entre entes federativos.

III. Segundo o modelo de Tiebout, a centralização das decisões fiscais amplia o conjunto de alternativas disponíveis aos cidadãos, favorecendo a revelação de preferências.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

**59.** Julgue os itens a seguir, relativos a alguns dos principais planos econômicos implementados no Brasil:

I. O Plano de Metas, executado durante o governo JK, priorizou a industrialização por meio de investimentos em setores estratégicos, como energia, transportes e bens de capital, além da construção de Brasília.

II. O PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), lançado em 1964, teve como principal instrumento de combate à inflação o controle direto e generalizado de preços, com papel secundário do ajuste fiscal.

III. O período conhecido como Milagre Econômico (1968–1973) caracterizou-se por crescimento acelerado, sustentado predominantemente pela expansão do mercado interno, com participação limitada do capital estrangeiro.

IV. O Plano Real promoveu a estabilização de preços sobretudo por meio do controle cambial, tendo o ajuste fiscal desempenhado papel acessório no processo de desinflação.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

**60.** Julgue os itens a seguir, a respeito de indicadores financeiros utilizados na análise de empresas e de economias nacionais.

I. Indicadores financeiros funcionam como aproximações da realidade econômica, sendo inadequado interpretá-los isoladamente para conclusões definitivas sobre desempenho ou solvência.

II. Indicadores de rentabilidade, como ROE e margem líquida, permitem avaliar simultaneamente a lucratividade da empresa e sua capacidade de honrar obrigações de curto prazo.

III. Indicadores fiscais, como resultado primário e dívida pública em relação ao PIB, são utilizados para avaliar a situação fiscal de um país, mas não capturam, isoladamente, aspectos distributivos ou sociais do desenvolvimento econômico.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

## **NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

*Emannuelle Gouveia*

**61.** No Windows 10, dentro do menu Configurações, um técnico deseja configurar uma política para que o sistema bloquee automaticamente a tela após determinado tempo de inatividade. Considerando as opções disponíveis no menu "Configurações", qual é o caminho mais adequado para realizar ambas as configurações:

- a) Configurações > Sistema > Sobre
- b) Configurações > Dispositivos > Bluetooth e outros dispositivos
- c) Configurações > Contas > Opções de entrada
- d) Configurações > Personalização > Tela de fundo
- e) Configurações > Sistema > Energia e suspensão

**62.** No Word, no menu Propriedades, localizado no lado direito da tela do menu Arquivo/Informações NÃO é possível:

- a) verificar o tamanho do documento.
- b) verificar a quantidade de palavras do documento.
- c) verificar a quantidade de páginas do documento
- d) verificar a quantidade de caracteres do documento.
- e) verificar o tempo total de edição do documento.

**63.** Considere uma planilha MS Excel na qual a célula A1 contém o valor 100 e a célula A3 contém a fórmula =A1/A2\*100 e exibe o texto "#VALOR!".

Dado que as células A1, A2 e A3 estão formatadas como "Geral", é correto concluir que na célula A2

- a) nada foi digitado.
- b) foi digitada uma string.
- c) foi digitado o número "0,00001".
- d) foi digitado o número "0".
- e) foi digitada a string "18/05/25".

**64.** Em um serviço de correio eletrônico, ao redigir uma nova mensagem, um usuário deseja incluir um colega como destinatário visível, outro como cópia oculta, e ainda anexar um arquivo PDF com menos de 10 MB.

Quais campos e ações o usuário deve utilizar corretamente para essa tarefa?

- a) Preencher o campo "Para" com ambos os e-mails, usar o botão "Anexar imagem" e marcar como urgente.
- b) Preencher o campo "Cc" com todos os destinatários, incluir o PDF colando no corpo da mensagem.
- c) Preencher o campo "Para" com o destinatário principal, o campo "Cco" com o oculto, e usar o botão "Anexar arquivo".
- d) Preencher o campo "Assunto" com os nomes dos destinatários e colar o link do arquivo no corpo da mensagem.
- e) Preencher apenas o campo "Para", anexar o arquivo como .zip e ativar confirmação de leitura para todos.

**65.** No Google Chrome o usuário digitou a opção "Estados do Brasil" filetype:pdf . Qual das opções indica o retorno que será exibido para ele:

- a) Serão exibidas apenas as páginas que possuem a expressão "pdf" no texto.

b) Serão exibidos os arquivos pdf que tem exatamente a expressão "Estados do Brasil" escrita dessa forma e nessa sequência.

c) Serão exibidas os arquivos pdf que tem qualquer uma das palavras contidas na expressão "Estados do Brasil".

d) Serão exibidas os arquivos pdf que não tem nenhuma das palavras contidas na expressão "Estados do Brasil".

e) Serão exibidos qualquer arquivo que tenha exatamente a expressão "Estados do Brasil" escrita dessa forma e nessa sequência.

**66.** Assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição de phishing:

- a) Ato de capturar dados por meio de interceptação de redes Wi-Fi abertas.
- b) Software malicioso que se disfarça de aplicativo legítimo para enganar o usuário.
- c) Técnica de ataque que visa enganar o usuário para que ele forneça dados sigilosos.
- d) Programa que bloqueia o sistema e exige resgate em dinheiro.
- e) Técnica de propagação de vírus por meio de dispositivos USB.

**67.** A operação OLAP que cria um subcubo selecionando uma única dimensão do cubo OLAP principal é:

- a) Slice
- b) Pivot
- c) Roll up.
- d) Drill down.
- e) Drill Across.

**68.** No contexto de Analytics, os diferentes tipos de análise não se distinguem apenas por ferramentas, mas principalmente pelo tipo de pergunta que respondem. Assinale a alternativa que estabelece corretamente essa relação conceitual.

- a) Analytics descritivo busca identificar causas raiz de fenômenos observados, explicando por que os resultados ocorreram.
- b) Analytics diagnóstico concentra-se em estimar cenários futuros com base em modelos estatísticos e séries temporais.
- c) Analytics preditivo tem como foco principal recomendar automaticamente ações ótimas para o negócio.
- d) Analytics prescritivo limita-se à apresentação de indicadores históricos consolidados.
- e) Analytics descritivo, diagnóstico, preditivo e prescritivo diferenciam-se pelo tipo de pergunta que respondem: o que aconteceu, por que aconteceu, o que tende a acontecer e o que deve ser feito, respectivamente.

**69.** A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) estabelece princípios e regras para o tratamento de dados pessoais no Brasil. Assinale a alternativa que está de acordo com o texto legal da LGPD.

- a) A LGPD tem como fundamento a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- b) A LGPD aplica-se exclusivamente ao tratamento de dados pessoais realizado por órgãos da administração pública direta.
- c) A LGPD permite o tratamento de dados pessoais sensíveis sem base legal específica, desde que haja interesse econômico do controlador.
- d) A LGPD restringe-se a dados pessoais coletados exclusivamente em meio digital.
- e) A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins comerciais.

**70.** A Lei de Acesso à Informação estabelece regras para garantir o acesso a informações públicas. Assinale a alternativa que está de acordo com o regime jurídico definido por esses normativos.

- a) O acesso à informação depende, como regra geral, da comprovação de interesse direto e específico do solicitante.
- b) Informações classificadas como sigilosas podem permanecer sob sigilo por prazo indeterminado, a critério da autoridade responsável.
- c) O pedido de acesso à informação deve ser motivado, indicando as razões pessoais ou institucionais do solicitante.
- d) O acesso à informação é a regra, e o sigilo constitui exceção, devendo ser justificado de forma expressa e fundamentada nos termos da lei.
- e) A Lei de Acesso à Informação aplica-se exclusivamente aos órgãos do Poder Executivo federal.

**NOÇÕES DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP)***Gilmar Possati*

**71.** No que tange às características qualitativas da informação contábil aplicada ao setor público, descritas na Estrutura Conceitual e no MCASP, assinale a opção correta.

- a) A relevância e a representação fidedigna são classificadas como características qualitativas de melhoria, sendo pré-requisitos para que a informação seja útil.
- b) A tempestividade, por si só, é capaz de tornar uma informação relevante se ela não possuir representação fidedigna.
- c) A verificabilidade é a característica que permite aos usuários identificar e compreender as similaridades e as diferenças entre itens, exigindo, no mínimo, dois itens para comparação.
- d) A materialidade é considerada uma restrição à capacidade da informação de ser útil, e não uma característica qualitativa propriamente dita.
- e) A comprehensibilidade é alcançada quando a informação é classificada, caracterizada e apresentada de forma clara e concisa, independentemente do conhecimento prévio do usuário sobre as atividades da entidade.

**72.** Acerca das variações patrimoniais e do seu reconhecimento sob o enfoque patrimonial, assinale a opção correta.

- a) As variações patrimoniais qualitativas são aquelas que alteram a composição do patrimônio sem modificar o montante do patrimônio líquido da entidade.
- b) O reconhecimento de uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) ocorre sempre de forma concomitante com a arrecadação da receita orçamentária.
- c) As variações patrimoniais quantitativas derivam exclusivamente de eventos decorrentes da

execução do orçamento público (receitas e despesas orçamentárias).

- d) A aquisição de um veículo à vista, no momento da liquidação da despesa, gera uma variação patrimonial diminutiva (VPD) no resultado do exercício.
- e) O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações qualitativas e as variações quantitativas acumuladas no exercício.

**73.** No que se refere aos critérios de mensuração e reconhecimento de ativos não circulantes no setor público, assinale a opção correta.

- a) O valor depreciável de um ativo imobilizado é determinado após a dedução de seu valor residual; se o valor residual aumentar a ponto de igualar o valor contábil do ativo, a despesa de depreciação será zero.
- b) Os gastos posteriores com manutenção periódica de itens do imobilizado, que visam manter a capacidade produtiva original, devem ser incorporados ao valor contábil do ativo.
- c) Ativos intangíveis com vida útil indefinida devem ser amortizados anualmente com base em uma estimativa de 10 anos, conforme critério de prudência.
- d) A redução ao valor recuperável (*impairment*) deve ser aplicada obrigatoriamente a todos os bens móveis e imóveis da entidade, independentemente de haver indícios de desvalorização.
- e) Itens do ativo imobilizado obtidos por meio de transações sem contraprestação (doações) devem ser mensurados inicialmente pelo valor simbólico de R\$ 1,00 para fins de controle patrimonial.

**74.** De acordo com as normas de passivos e provisões aplicadas ao setor público, assinale a opção correta.

- a) Uma provisão deve ser reconhecida quando existe uma obrigação presente, cuja saída de recursos seja considerada possível e o valor possa ser estimado com confiabilidade.
- b) Os passivos contingentes devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial quando a probabilidade de perda for remota, para fins de transparência fiscal.
- c) Um ativo contingente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis, mas deve ser divulgado em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- d) Provisões e passivos contingentes são sinônimos contábeis, diferenciando-se apenas pela natureza da conta (curto ou longo prazo).
- e) O reconhecimento de uma provisão para riscos fiscais gera uma variação patrimonial qualitativa, sem impacto no resultado patrimonial do exercício.

**75.** O PCASP é a estrutura básica da escrituração contábil no setor público. Sobre sua lógica e estrutura, assinale a opção correta.

- a) As contas de natureza de informação orçamentária (Classes 5 e 6) registram os atos administrativos que podem vir a afetar o patrimônio, como contratos e convênios.
- b) O 6º nível do código da conta contábil (Item) é utilizado obrigatoriamente para a identificação das transações intergovernamentais que serão objeto de eliminação na consolidação.
- c) O lançamento de encerramento do exercício, que confronta VPA e VPD, utiliza contas das classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo).
- d) As contas de compensação, que integram a natureza de informação patrimonial, são identificadas pelas classes 7 (Controles devedores) e 8 (Controles credores).

e) A natureza da informação patrimonial é registrada exclusivamente nas Classes 1, 2, 3 e 4.

**76.** Sobre o reconhecimento e os estágios da despesa orçamentária, assinale a opção correta.

- a) O empenho da despesa é o estágio que cria para o Estado a obrigação de pagamento, independentemente do implemento de condição pelo credor.
- b) Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se a gastos que foram devidamente empenhados no exercício anterior, mas cujo pagamento não ocorreu até 31 de dezembro, sendo inscritos automaticamente em conta de passivo.
- c) O suprimento de fundos é considerado uma despesa efetiva no momento da entrega do numerário ao servidor (concessão).
- d) No estágio da liquidação, ocorre a verificação do direito adquirido pelo credor e, sob o enfoque patrimonial, representa o momento de reconhecimento da VPD, caso o fato gerador ocorra nesse estágio.
- e) A reserva de dotação orçamentária é considerada o primeiro estágio da execução da despesa pública.

**77.** Considerando as demonstrações contábeis previstas no MCASP, assinale a opção correta.

- a) O Balanço Orçamentário demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade ao longo do exercício financeiro.
- b) No Balanço Financeiro, as transferências financeiras recebidas e concedidas são apresentadas como receitas e despesas orçamentárias, respectivamente.
- c) O Balanço Orçamentário é composto por Quadro Principal, Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.
- d) O superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior não pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais no Balanço Orçamentário atual.
- e) O Balanço Financeiro evidencia o resultado orçamentário do período, obtido pelo confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.

**78. Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), assinale a opção correta.**

- a) A DVP evidencia as variações qualitativas e quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade durante o exercício.
- b) O resultado patrimonial apurado na DVP é obrigatoriamente idêntico ao resultado orçamentário do período.
- c) Ganhos com a alienação de bens imobilizados são classificados como Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) na DVP.
- d) A DVP deve ser elaborada utilizando-se a natureza de informação orçamentária (Classes 5 e 6 do PCASP).
- e) As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são reconhecidas na DVP pelo regime de caixa, seguindo o padrão da receita pública.

**79. Quanto à contabilidade de custos no setor público, assinale a opção correta.**

- a) A apuração de custos no setor público é facultativa, sendo exigida apenas para empresas estatais dependentes.
- b) O custo direto é aquele que depende de rateio ou estimativas para ser atribuído ao objeto de custo.
- c) O objeto de custo é a unidade de produto, serviço, projeto ou atividade para a qual se deseja uma mensuração separada de custos.
- d) No ambiente público, a depreciação de equipamentos hospitalares é classificada como um custo variável, pois depende do volume de atendimentos.
- e) O sistema de custos deve ser integrado ao orçamento, de modo que o valor empenhado seja sempre igual ao custo do serviço no período.

**80. A respeito do regime de adiantamento, conhecido como suprimento de fundos, assinale a opção correta.**

- a) O suprimento de fundos dispensa a realização do estágio do empenho, dada a urgência da despesa.
- b) O servidor que detém o suprimento de fundos pode utilizá-lo para a aquisição de bens de capital, desde que devidamente justificado.
- c) No momento da concessão do suprimento, registra-se uma despesa orçamentária (enfoque orçamentário) e o surgimento de um direito (enfoque patrimonial).
- d) A prestação de contas do suprimento de fundos deve ser feita obrigatoriamente até o último dia útil do exercício financeiro, sem possibilidade de transposição.
- e) O suprimento de fundos é uma modalidade de licitação simplificada para despesas de pequeno valor.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****ADMINISTRAÇÃO***Stefan Fantini*

**81.** Considere as seguintes assertivas sobre os modelos de Administração Pública:

- I - O modelo gerencial caracteriza-se por hierarquia rígida, ao passo que o modelo burocrático é mais flexível, com redução de níveis hierárquicos.
- II - No modelo burocrático não há separação entre propriedade e administração, e apenas no modelo gerencial surge a meritocracia.
- III - No modelo burocrático a ênfase recai no controle de resultados, enquanto no modelo gerencial predomina o controle a priori.

Assinale a opção correta:

- a) apenas uma assertiva está correta.
- b) apenas duas assertivas estão corretas.
- c) todas assertivas estão corretas.
- d) todas assertivas estão erradas.
- e) nenhuma das anteriores

**82.** Na evolução do modelo gerencial (NPM), a etapa conhecida como consumerism está associada, principalmente, à ênfase em:

- a) equidade e cidadania.
- b) qualidade e efetividade
- c) transparência e cidadania
- d) redução de custos e equidade.
- e) cidadania e redução de custos.

**83.** No modelo burocrático, a legitimidade da autoridade decorre da lei e da validade das normas, com ênfase em regras formais e disciplina. Esse tipo de dominação é denominado:

- a) institucional
- b) compulsória
- c) tradicional

- d) racional-legal
- e) carismática

**84.** O modelo de Administração Pública patrimonialista tem como traço marcante:

- a) combate ao nepotismo.
- b) combate à corrupção.
- c) confusão entre a coisa pública e a coisa privada.
- d) dominação racional-legal.
- e) ênfase no controle a priori.

**85.** No contexto do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (década de 1990), a transferência da execução de serviços públicos não exclusivos do Estado para entidades privadas sem fins lucrativos é denominada:

- a) privatização.
- b) desestatização.
- c) governabilidade
- d) governança
- e) publicização

**86.** Mário Bros, responsável por um setor de uma empresa, definiu que a equipe deveria processar 25 solicitações por mês e reduzir em 30% o tempo de atendimento. Esses objetivos configuram exemplos de metas:

- a) operacionais
- b) táticas
- c) estratégicas
- d) globais
- e) gerais

**87.** A matriz SWOT, amplamente aplicada no planejamento estratégico, procura identificar oportunidades e ameaças, que dizem respeito ao \_\_\_\_\_ da organização, bem como forças e fraquezas, associadas ao \_\_\_\_\_ da organização.

As palavras que preenchem corretamente às lacunas são, respectivamente:

- a) ambiente físico; ambiente político.
- b) ambiente interno; ambiente externo.
- c) ambiente externo; ambiente interno.
- d) ambiente estrutural; ambiente sociológico.
- e) ambiente interno; ambiente social.

**88.** O Balanced Scorecard - BSC consiste em um instrumento que desdobra missão, visão e estratégia em um mapa estratégico, no qual os objetivos são organizados em perspectivas. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essas perspectivas:

- a) Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.
- b) Financeira, Cliente, Processos Internos e Stakeholders.
- c) Financeira, Funcionários, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.
- d) Funcionários, Cliente, Processos Internos e Stakeholders.
- e) Financeira, Cliente, Processos Externos e Aprendizado e Crescimento.

**89.** Um gestor de uma organização identificou vários problemas simultâneos e precisa de uma ferramenta que o ajude a classificá-los por prioridade, indicando quais devem ser tratados com prioridade. Nessa situação, é adequado utilizar:

- a) Matriz BCG
- b) Diagrama de Causa e Efeito
- c) Matriz GUT
- d) Diagrama de Ishikawa
- e) Matriz SWOT

**90.** Em um único registro de uma ferramenta de gestão, apareceram anotações como “Mário Bros”, “quinta-feira” e “R\$ 100” em campos distintos. Esses exemplos correspondem, respectivamente, a Quem?, Quando? e Quanto?, típicos de qual ferramenta?

- a) Diagrama de Pareto;
- b) 5W2H.
- c) Diagrama de Ishikawa;
- d) Matriz GUT;
- e) Análise SWOT;

**91.** João das Neves, supervisor de um setor de uma empresa, encaminhou um aviso pelo e-mail corporativo comunicando aos integrantes da equipe data e horário de uma reunião na qual serão tratadas as novas metas de vendas do grupo.

Esse tipo de comunicação pode ser caracterizada como:

- a) informal e ascendente;
- b) formal e lateral;
- c) informal e descendente.
- d) formal e ascendente;
- e) formal e descendente;

**92.** Suponha que determinado órgão público tenha atendido, em 2024, 1.000 cidadãos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2025, tenha atendido 1.200 cidadãos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2020 para 2021, o referido órgão público foi:

- a) mais eficiente
- b) menos eficiente
- c) menos eficaz
- d) mais eficaz
- e) igualmente eficaz

**93.** Segundo a orientação do Tribunal de Contas da União (TCU) para a elaboração de indicadores de desempenho, as variáveis normalmente utilizadas na composição dos indicadores se agrupam em:

- a) eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.
- b) economia, economicidade, equidade e qualidade.
- c) economia, equidade, qualidade e quantidade.
- d) financeira, cliente, processos internos e aprendizado.
- e) custo, tempo, qualidade e quantidade.

**94.** No que se refere às propriedades essenciais dos indicadores, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma dessas propriedades (EXCETO):

- a) confiabilidade
- b) simplicidade
- c) utilidade
- d) disponibilidade
- e) validade

**95.** A definição “esforço temporário realizado para criar um produto, serviço ou resultado único” corresponde a:

- a) Processo
- b) SIPOC

- c) Organograma
- d) Fluxograma
- e) Projeto

**96.** Para o Guia PMBOK, os principais tipos de Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP/PMO), conforme o grau de controle e influência sobre os projetos, são::

- a) Escritório de Gerenciamento de Projetos Pequeno, Médio, Alto.
- b) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Controle, de Organização, de Finalização.
- c) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, de Resultado.
- d) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, Diretivos.
- e) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Implantação, de Controle, de Planejamento.

**97.** Não é um dos Fundamentos da Excelência Gerencial do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP):

- a) Visão de futuro
- b) Cultura de inovação
- c) Foco na organização e nos servidores
- d) Geração de valor
- e) Pensamento sistêmico

**98.** Na perspectiva da Gestão de Pessoas, os trabalhadores da organização são compreendidos como:

- a) recursos patrimoniais da organização.
- b) patrimônio intelectual fornecedores de competências.
- c) patrimônio físico da organização.
- d) recursos financeiros da organização.
- e) sujeitos passivos da ação organizacional.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA***Luciana Marinho*

**Acerca do assunto Administração Financeira, julgue os itens que se seguem.**

**99.** A administração financeira tem como finalidade central apoiar a tomada de decisões que maximizem o valor da organização, considerando restrições de risco e liquidez.

À luz desse objetivo, assinale a alternativa correta.

- a) A administração financeira preocupa-se exclusivamente com a apuração do lucro contábil.
- b) O objetivo da administração financeira é maximizar o valor da empresa para seus proprietários ou acionistas.
- c) A administração financeira restringe-se à gestão do fluxo de caixa de curto prazo.
- d) O valor da empresa independe do risco associado às decisões financeiras.
- e) A maximização do faturamento substitui a maximização do valor.

**100.** No âmbito da administração financeira, a relação entre risco e retorno é central para a tomada de decisões de investimento e financiamento, orientando a alocação de recursos em diferentes alternativas.

Considerando essa relação, assinale a alternativa correta.

- a) A elevação do risco implica, necessariamente, a obtenção de retorno efetivo superior.
- b) Ativos de menor risco apresentam, em regra, maior retorno esperado para compensar a segurança oferecida.
- c) O risco financeiro é irrelevante quando o horizonte de investimento é de longo prazo.
- d) A diversificação elimina integralmente o risco associado aos investimentos.

e) O retorno esperado tende a ser maior em alternativas que apresentam maior nível de risco assumido.

**101.** A análise vertical constitui técnica amplamente utilizada na avaliação dos demonstrativos financeiros, permitindo examinar a composição interna das contas em determinado período.

Considerando essa técnica, assinale a alternativa correta.

- a) A análise vertical compara a evolução das contas ao longo de diferentes exercícios financeiros.
- b) A análise vertical avalia a participação percentual de cada conta em relação a um total de referência do demonstrativo analisado.
- c) A análise vertical destina-se exclusivamente à mensuração da rentabilidade da organização.
- d) A análise vertical substitui a necessidade de utilização de indicadores financeiros.
- e) A análise vertical restringe-se à Demonstração do Resultado do Exercício.

**102.** A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é instrumento fundamental da análise financeira, pois evidencia a formação do resultado econômico da empresa.

À luz dessa finalidade, assinale a alternativa correta.

- a) A DRE permite identificar a composição do ativo e do passivo da empresa em determinada data.
- b) A DRE evidencia a estrutura de financiamento da empresa de forma detalhada.
- c) A DRE é utilizada prioritariamente para mensurar a liquidez de curto prazo da organização.
- d) A DRE possibilita avaliar o desempenho operacional e a geração de resultados ao longo de um período.
- e) A DRE substitui a análise do balanço patrimonial para fins gerenciais.

**103.** A utilização isolada de técnicas de análise dos demonstrativos financeiros pode conduzir a interpretações incompletas ou equivocadas sobre a situação da empresa.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A análise financeira deve restringir-se à aplicação de indicadores de liquidez.
- b) A análise baseada exclusivamente em dados históricos elimina a necessidade de integração de técnicas.
- c) A integração entre análise vertical, análise horizontal e indicadores financeiros proporciona visão mais abrangente da situação econômico-financeira.
- d) A utilização conjunta das técnicas dispensa a consideração do ambiente econômico e setorial.
- e) A análise integrada substitui o julgamento profissional do analista financeiro.

d) São irrecorríveis na esfera administrativa os atos de mero expediente ou preparatórios de decisões e as decisões interlocutórias.

e) A convalidação de atos que padecem de vícios sanáveis ocorrerá exclusivamente quanto a vícios de competência ou de forma.

**105.** Licença, em geral, consiste em ato administrativo vinculado no qual o poder público reconhece, em favor do particular, a possibilidade de exercício de uma atividade. Todavia, na legislação funcional, há casos de licenças discricionárias, isto é, concedidas a critério do poder público.

Nesse sentido, assinale, à luz do disposto na Lei 8.112/1990, a alternativa que menciona licença remunerada concedida a critério da administração:

- a) para tratamento de interesses particulares.
- b) para afastamento do cônjuge.
- c) para atividade política.
- d) paternidade.
- e) capacitação.

**106.** Ao se detectar infração grave praticada por servidor público submetido à Lei federal 8.112/1990, enquadrada no art. 132 da Lei 8.112/1990 como punível com pena de demissão, após a devida apuração dos fatos, a autoridade administrativa

- a) exerce poder de polícia repressivo.
- b) exerce poder vinculado, visto que não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa da demissão.
- c) pode aplicar a demissão, desde que a apuração tenha ocorrido por meio de sindicância ou processo administrativo disciplinar.
- d) sujeita-se ao prazo prescricional de cinco anos, contados da data da conduta irregular.
- e) deverá absolver o acusado, quando houver decisão judicial que inocente o servidor por insuficiência de provas.

---

## LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA

*Antônio Daud*

**104.** Considerando as regras legais sobre o processo administrativo no âmbito do estado do Paraná (Lei estadual nº 20.656/2021), assinale a alternativa correta:

- a) Assinatura Eletrônica é vinculada a certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada;
- b) Assinatura Digital é realizada mediante utilização de login e senha previamente fornecidos pela Administração;
- c) Como medida complementar à instauração de Processo para apuração de responsabilidade ou aplicação de sanção, poderá ser firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o agente interessado, no qual este assume a responsabilidade pela irregularidade a que deu causa e compromete-se a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente.

**107.** No que se refere à emissão da Certidão Negativa de Débitos Tributários (CNDT), é correto afirmar que:

- a) trata-se de ato punitivo.
- b) a Administração deverá comprovar sua validade perante o contribuinte como condição para viabilizar a produção de efeitos.
- c) é ato administrativo constitutivo.
- d) consiste em ato administrativo negocial.
- e) é ato externo.

## ORÇAMENTO PÚBLICO

---

*Luciana Marinho*

**Acerca do assunto Restos a Pagar, julgue os itens que se seguem.**

**108.** A distinção entre restos a pagar processados e não processados é relevante para fins de controle, pagamento e análise fiscal.

À luz da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) A distinção decorre da natureza da despesa, se corrente ou de capital.
- b) A classificação depende exclusivamente do exercício financeiro em que ocorre o pagamento.
- c) Restos a pagar processados referem-se a despesas empenhadas e ainda não liquidadas.
- d) Restos a pagar não processados correspondem a despesas liquidadas e não pagas.
- e) A diferença entre restos processados e não processados está relacionada ao estágio da despesa quanto à liquidação.

**109.** O cancelamento de restos a pagar é medida admitida pela legislação, desde que observadas determinadas condições.

Assinale a alternativa correta.

- a) O cancelamento pode ocorrer quando a despesa não mais se justificar ou se tornar inexequível.
- b) O cancelamento extingue automaticamente obrigações já liquidadas.
- c) O cancelamento é vedado quando se tratar de restos a pagar não processados.
- d) O cancelamento depende exclusivamente de autorização do Tribunal de Contas.
- e) O cancelamento é obrigatório sempre que houver superávit financeiro.

**110.** A inscrição de despesas em restos a pagar constitui mecanismo previsto na legislação financeira, com finalidade específica no âmbito da execução orçamentária.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) Permitir a realização de despesas sem prévio empenho no exercício seguinte.
- b) Autorizar a execução de despesas não previstas na Lei Orçamentária Anual.
- c) Viabilizar o pagamento, em exercícios posteriores, de despesas regularmente empenhadas no exercício de origem.
- d) Substituir a necessidade de abertura de créditos adicionais.
- e) Afastar a incidência do princípio da anualidade orçamentária.

**Acerca do assunto Suprimento de Fundos, julgue os itens que se seguem.**

**111.** O suprimento de fundos constitui regime especial de execução da despesa pública, utilizado em situações específicas.

À luz da legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

- a) Destina-se ao atendimento de despesas previsíveis e permanentes.
- b) Aplica-se a despesas de grande vulto e caráter continuado.
- c) É admitido para atender despesas urgentes e de pequeno valor, quando inviável o processo normal da despesa.
- d) Substitui, em regra, o procedimento ordinário de execução da despesa.
- e) Dispensa empenho prévio e prestação de contas.

**112.** No que se refere às vedações relativas à concessão de suprimento de fundos, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a concessão a servidor ocupante de cargo efetivo.
- b) É vedada a concessão a servidor que esteja no exercício de função gratificada.
- c) É vedada a concessão a servidor lotado fora da unidade administrativa.
- d) É vedada a concessão a servidor responsável por mais de um suprimento de fundos simultaneamente.
- e) É vedada a concessão quando houver dotação orçamentária suficiente.

**113.** O suprimento de fundos, enquanto instrumento de execução da despesa pública, evidencia que

- a) a execução orçamentária prescinde de planejamento prévio.

- b) há flexibilização absoluta das regras de execução da despesa.
- c) a despesa executada por suprimento é classificada como extraorçamentária.
- d) o princípio da legalidade é relativizado na administração pública.
- e) se trata de exceção controlada ao procedimento ordinário de execução da despesa.

---

**LICITAÇÃO PÚBLICA***Herbert Almeida*

**114.** Em relação aos princípios e ao alcance da Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias são integralmente abrangidas pelo regime de licitações e contratos previsto na Lei nº 14.133/2021, independentemente de sua regência por legislação específica.
- b) O princípio da segregação de funções veda a atuação de qualquer agente público em mais de uma etapa do processo licitatório, mesmo que as funções desempenhadas não sejam consideradas suscetíveis a riscos.
- c) Estão sujeitos aos ditames da Lei nº 14.133/2021 os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações públicas, sendo excluídos de sua abrangência os fundos especiais e as entidades controladas indiretamente pela administração.
- d) A publicidade, nas licitações, será deferida quanto ao conteúdo das propostas, até a homologação do certame.
- e) A autoridade competente, ao designar agentes para funções essenciais à licitação, deve observar o princípio da segregação de funções, sendo vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos.

**115.** Acerca do planejamento das contratações públicas e da alocação de riscos, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) O estudo técnico preliminar é, em regra, documento facultativo na fase preparatória, devendo ser elaborado quando a autoridade competente julgar necessário fundamentar a viabilidade da contratação.
- b) A fase preparatória da licitação é caracterizada pelo planejamento e deve ser iniciada após a divulgação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- c) O estudo técnico preliminar deve caracterizar o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, servindo de base para a elaboração do termo de referência, do anteprojeto ou do projeto básico.
- d) A matriz de alocação de riscos é obrigatória em todas as contratações públicas de serviços contínuos, independentemente do valor estimado ou do regime de execução do contrato.
- e) Na matriz de alocação de riscos, é vedada a atribuição ao contratado da responsabilidade por riscos que possam ser cobertos por seguro, devendo estes ser suportados integralmente pela administração.

**116.** No que se refere à modalidade de licitação diálogo competitivo, assinale a opção correta:

- a) a fase de diálogo deve ser conduzida obrigatoriamente pelo agente de contratação, sendo facultada à autoridade a designação de uma comissão em casos de serviços de obras ou serviços de engenharia.
- b) durante a fase de diálogos, a administração é proibida de revelar a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um participante sem o seu consentimento.
- c) o edital que define a pré-seleção dos licitantes deverá estabelecer um prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis para que os interessados manifestem seu interesse em participar.

d) uma vez encerrada a fase de diálogos e definida a solução técnica mais adequada, a administração deverá contratar diretamente o autor da solução escolhida, sendo dispensada a apresentação de propostas finais pelos demais participantes.

e) o diálogo competitivo é a modalidade de licitação preferencial para a aquisição de bens e serviços comuns que envolvam inovação tecnológica ou técnica.

**117.** Acerca do critério de julgamento por maior retorno econômico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) o julgamento por maior retorno econômico será utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, e considerará a maior economia para a Administração.
- b) a remuneração do particular contratado sob o critério de maior retorno econômico será fixada de modo independente à economia efetivamente obtida na execução do contrato.
- c) o critério de maior retorno econômico aplica-se amplamente a todas as modalidades de licitação, inclusive ao pregão para aquisição de bens comuns.
- d) no contrato de eficiência, a remuneração do contratado consiste em um valor fixo definido no edital, acrescido de bônus por produtividade caso a meta seja atingida.
- e) os licitantes, no critério de maior retorno econômico, devem apresentar exclusivamente uma proposta de preço, sendo vedada pela lei a exigência de proposta de trabalho.

**118.** No que concerne às hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) a inexigibilidade para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais de notória especialização é vedada para a contratação de profissionais de serviços de publicidade e propaganda.
- b) para a comprovação de exclusividade de fornecedor ou de prestador de serviços, a administração deve aceitar apenas atestados emitidos por órgãos oficiais de registro de comércio do local da contratação.
- c) a contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade requer que este seja contratado diretamente pelo órgão público, sendo proibida a contratação por meio de empresário exclusivo.
- d) na aquisição de imóveis cujas características de instalação e de localização tornem necessária sua escolha, a inexigibilidade é condicionada à inexistência de outros imóveis no mesmo bairro que atendam aos requisitos.
- e) o credenciamento é considerado um procedimento licitatório na modalidade concurso, sendo utilizado quando a administração busca selecionar a melhor técnica para um serviço específico.

**119.** No que concerne aos procedimentos e regras aplicáveis às contratações por dispensa de licitação, conforme a Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) para fins de aferição dos limites de dispensa, o somatório do que for despendido deve considerar o total de gastos da administração direta do ente, independentemente da unidade gestora que realizar a contratação.
- b) as contratações fundamentadas nos limites de valor da dispensa de licitação serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.

c) os valores que permitem a dispensa de licitação em razão do valor são reduzidos pela metade quando o contrato for celebrado por consórcio público ou agência executiva.

d) o pagamento das contratações por dispensa de valor deve ser realizado exclusivamente por ordem bancária, sendo vedada a utilização de cartão de pagamento.

e) para fins de cálculo dos limites de dispensa, consideram-se objetos de mesma natureza aqueles relativos a contratações realizadas no mesmo mês, independentemente do ramo de atividade.

**120.** No que se refere ao procedimento auxiliar de credenciamento, previsto na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) o credenciamento é a modalidade de licitação obrigatória para a escolha de serviços técnicos, científicos ou artísticos, mediante a concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
- b) o credenciamento poderá ser utilizado na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso em que é viável e vantajosa para a administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.
- c) Nos casos de mercados fluidos, em que há flutuação constante do valor da prestação, a Lei nº 14.133/2021 vedo a utilização do credenciamento, exigindo o rito comum mediante licitação.
- d) na contratação com seleção a critério de terceiros, a escolha do contratado fica a cargo da autoridade máxima do órgão.
- e) o credenciamento pode ser adotado no sistema de comércio eletrônico, caso em que a administração visa a contratar bens e serviços especiais ofertados no Sistema de Compras Expressas.

**FINANÇAS - ITENS 11 E 13***Leandro Ravelle*

**121.** Durante a execução do Projeto “SEFAZ VERDE” no exercício de 2026, a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), vinculada à SEFAZ-PR verificou que a Unidade Gestora X detinha a dotação orçamentária original, mas a obra seria tocada pela Unidade Gestora Y, especializada em contratos de pavimentação. Para viabilizar a execução, a SEPLAN:

- (i) *registrou descentralização orçamentária da dotação para a UGYB;*
- (ii) *manteve a liberação financeira centralizada, segundo o Decreto de Programação Financeira;*
- (iii) *propôs alteração orçamentária para recompor dotações insuficientes, pela via adequada.*

Toda a movimentação foi registrada em sistema corporativo integrado de contabilidade e administração financeira.

À luz das normas aplicáveis e das boas práticas de orçamento, assinale a opção correta:

- a) A programação e a execução orçamentária e financeira devem ser acompanhadas por sistema de contabilidade e administração financeira (modelo SIAFIC), e podem ser impactadas por descentralizações de crédito e por abertura de créditos adicionais quando houver necessidade de ajustar dotações.
- b) A descentralização orçamentária se dá por repasse financeiro direto entre as unidades, bastando observar o Decreto de Programação Financeira, sem necessidade de ato formal de crédito entre UGs.
- c) Alterações orçamentárias somente podem ocorrer por créditos adicionais, sendo vedado o remanejamento de recursos dentro de um mesmo programa, ainda que autorizado em lei.
- d) O sistema SIOPE é o repositório da execução orçamentária estadual e, por isso, é nele que devem ser formalizados os atos de alteração da LOA e as descentralizações orçamentárias entre UGs.

e) A execução orçamentária prescinde de descentralização formal de crédito quando a execução física ocorrer em UG diversa da detentora da dotação, pois a liberação financeira centralizada supre a necessidade de ajuste orçamentário.

**122.** Diante de frustração de receitas identificada no 3º bimestre, o Poder Executivo do Estado Gama editou o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF), redefinindo limites de movimentação e empenho e ajustando o cronograma de execução mensal de desembolso. Na reunião de alinhamento com os ordenadores de despesa, surgiram as seguintes proposições:

- a) A limitação de empenho autoriza a suspensão automática da execução de contratos já vigentes, sem necessidade de aditivos, comunicação formal ou análise de reequilíbrio econômico-financeiro, pois prevalece o interesse público em recompor as metas fiscais.
- b) O DPOF pode substituir a LOA em caso de frustração de receitas, passando a definir dotações e a autorizar gastos no lugar da lei orçamentária aprovada pelo Legislativo.
- c) A decretação de limitação de empenho basta, por si só, para recompor o equilíbrio fiscal, dispensando reestimativas de receita e dispensando a reprogramação do cronograma de desembolso.
- d) Recursos legalmente vinculados a finalidade específica devem ser utilizados exclusivamente para o objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele do ingresso.
- e) Para atender à meta fiscal, podem ser cancelados livremente restos a pagar processados, independentemente da etapa de liquidação, de controles específicos ou de respaldo normativo.

**123.** Em auditoria na Secretaria de Infraestrutura do Estado Gama, constatou-se que diversas programações discricionárias da LOA não vinham sendo executadas, a despeito de haver dotação vigente. O gestor afirmou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) condiciona o dever constitucional de executar as programações ao atendimento de regras fiscais e operacionais, e que tal dever não se estende a despesas obrigatórias, já regidas por normativos próprios. À luz do sistema constitucional-orçamentário e do padrão de redação adotado nas LDOs, a determinação constitucional de executar programações orçamentárias está condicionada à seguinte regra:

- a) Aplica-se exclusivamente às programações discricionárias e primárias.
- b) Aplica-se nos casos de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados.
- c) Impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais.
- d) Não se subordina ao cumprimento de dispositivos legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesa.
- e) Aplica-se exclusivamente às despesas primárias discricionárias e às receitas financeiras vinculadas.

**124.** Uma universidade federal mantém contrato de serviços de vigilância armada 24h para todas as suas unidades. O instrumento contratual fixa quantidade máxima mensal e anual de postos de serviço, que é a unidade de medida para a apuração e o pagamento. Em 2025, devido à abertura de um novo campus e à postergação da nova licitação (fracassada por duas vezes), a quantidade anual contratada se esgotou em novembro. Para não descontinuar a segurança patrimonial (serviço essencial), o Reitor autorizou a continuidade da execução em dezembro, sem saldo contratual e sem empenho suficiente. Em janeiro de 2026, a unidade de administração financeira foi demandada a pagar a medição de dezembro, já realizada sem cobertura de empenho.

À luz da Lei nº 4.320/1964, da LRF, do MCASP (11ª ed.) e do MTO 2025, o tratamento contábil-orçamentário adequado para possibilitar o pagamento é:

- a) abrir crédito extraordinário por se tratar de urgência e imprevisibilidade e, em seguida, empenhar e pagar a despesa realizada.
- b) inscrever a quantia como restos a pagar não processados ao final de 2025, já que o serviço foi prestado nesse exercício.
- c) liquidar a despesa de dezembro de 2025 e efetuar o pagamento com base na variação patrimonial diminutiva reconhecida.
- d) solicitar crédito especial em 2026, utilizando como fonte anulação de outras dotações, para empenhar e pagar a medição em atraso.
- e) reconhecer e pagar em 2026 como Despesa de Exercícios Anteriores (DEA), mediante dotação orçamentária específica para DEA e processo de reconhecimento da obrigação.

**125.** Acerca da execução orçamentária e financeira no setor público, assinale a alternativa correta

- a) Reverte à dotação a importância de despesa anulada no exercício; quando a anulação ocorrer após o encerramento deste considerar-se-á receita do ano em que se efetivar.
- b) Os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no primeiro ano de vigência do crédito.
- c) Pertencem ao exercício financeiro as receitas e despesas nele empenhadas.
- d) Os créditos extraordinários serão abertos por lei de iniciativa do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- e) O ato que abrir crédito adicional sempre indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa.

**FINANÇAS - ITENS 12, E 14***Paulo Portinho*

**126.** Em relação à Matriz de Riscos utilizada na gestão de projetos de investimento público, analise as assertivas abaixo:

- I. A matriz de riscos é um instrumento exclusivamente qualitativo, que combina a probabilidade de ocorrência de um evento com o impacto que esse evento poderia causar no projeto.
- II. Os riscos classificados como “muito altos” (alta probabilidade x alto impacto) devem, em regra geral, ser mitigados ou eliminados antes do início da execução do projeto.
- III. Riscos classificados como “baixos” não exigem qualquer tipo de ação de mitigação ou planejamento de contingência.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas I
- b) Apenas I e II
- c) Apenas II
- d) I, II e III
- e) Nenhuma das assertivas está correta

**127.** Sobre os indicadores de desempenho financeiro, é correto afirmar que:

- a) Os indicadores de liquidez medem exclusivamente a capacidade de geração de lucro operacional da empresa.
- b) O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) é um indicador de rentabilidade que considera a estrutura de capital da empresa.
- c) Os indicadores de giro de ativos analisam apenas a estrutura de passivo de longo prazo.
- d) A margem líquida é calculada dividindo-se o lucro bruto pela receita líquida de vendas.
- e) Os indicadores de solvência avaliam prioritariamente obrigações de curto prazo.

**128.** Quanto ao planejamento financeiro de curto prazo, é correto afirmar que:

- a) Tem como principal instrumento o orçamento de capital e o plano estratégico de cinco anos.
- b) O orçamento de caixa é ferramenta essencial para antecipar déficits e superávits de liquidez.
- c) Seu horizonte de tempo geralmente ultrapassa 5 anos.
- d) Não contempla o gerenciamento do capital de giro.
- e) É elaborado exclusivamente com base em projeções macroeconômicas.

**129.** A respeito dos princípios gerais de alavancagem operacional, assinale a alternativa correta:

- a) Quanto maior a proporção de custos fixos em relação aos custos variáveis, menor será o grau de alavancagem operacional.
- b) O grau de alavancagem operacional (GAO) mede a sensibilidade do lucro líquido às variações nas vendas.
- c) O GAO é calculado pela razão entre a margem de contribuição e o lucro operacional.
- d) Empresas com alto GAO apresentam menor risco operacional em cenários de queda nas vendas.
- e) A alavancagem operacional está diretamente relacionada ao uso de capital de terceiros na estrutura de financiamento.

**130.** Em relação à alavancagem financeira, julgue o item a seguir:

“O grau de alavancagem financeira (GAF) mede o quanto a variação percentual no lucro antes de juros e impostos (LAJIR) impacta a variação percentual no lucro líquido.”

A alternativa que melhor classifica a afirmativa é:

- a) Correta, e caracteriza precisamente o conceito.
- b) Incorreta, pois o GAF relaciona variação do LAJIR com variação das vendas.
- c) Incorreta, pois o GAF é calculado apenas com base no patrimônio líquido.
- d) Correta, mas aplica-se exclusivamente a empresas sem dívidas.
- e) Incorreta, pois o GAF mede apenas o risco operacional.

## Discursiva

Uma organização pública, diante do aumento de demandas e de restrições de recursos, decidiu realizar planejamento para estabelecer objetivos e metas e definir meios (recursos e tarefas) necessários para alcançá-los. A alta cúpula (presidentes e diretores) determinou que o planejamento priorizaria melhorar as práticas existentes, com foco em adaptabilidade e inovação, buscando obter melhores resultados possíveis por meio do aumento do desempenho e/ou da diminuição da utilização de recursos, em lógica de melhoria contínua.

Em seguida, gerentes e chefes de departamento de uma unidade específica elaboraram um plano para traduzir as diretrizes da alta cúpula em ações específicas e direcionadas para essa unidade, com definição de responsáveis, recursos e prazos.

No desenvolvimento do planejamento, a equipe responsável estruturou cenários futuros alternativos para lidar com um ambiente dinâmico e complexo, de modo a ter opções para enfrentar diferentes situações.

Com base na situação hipotética, responda aos seguintes tópicos:

- a) Classifique a filosofia do planejamento adotada pela organização, de acordo com Ackoff.
- b) Identifique o tipo de planejamento (nível de planejamento) correspondente ao plano elaborado pelos gerentes e chefes de departamento para uma unidade específica.
- c) Apresente as etapas do planejamento segundo Chiavenato e indique a etapa do processo de planejamento correspondente ao momento em que foram construídos cenários futuros alternativos

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>